



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

1

TERMO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO NÃO ONEROSA A TÍTULO PRECÁRIO Nº/15/SMF FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E PARA A PERMISSÃO NÃO ONEROSA DE USO A TÍTULO PRECÁRIO DE ESPAÇO PÚBLICO NA AVENIDA DOIS DE NOVEMBRO PARA VENDA DE FLORES, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015.

O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, com sede nesta cidade, Largo Eng. João Fernandes Moreira, s/n, inscrito no CNPJ nº 88.566.872/0001-62, através do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos – GCLC, sito à Rua General Bacelar, nº 264, neste ato representado pelo Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, Sr. Ademir Giambastiani Casartelli, inscrito no CPF sob nº 139.673.040-00, conforme delegação de competência estabelecida, denominado **PERMITENTE** e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida no Município de Rio Grande/RS, na Rua General Osório s/n CEP 96.200-400, neste ato representada pelo(a) Sr(a), na qualidade de, portador(a) do RG nº, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, de conformidade com a Lei 8.666/93. Celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições reciprocamente aceitas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: É objeto do presente Termo a permissão não onerosa de uso a título precário de espaço público para exploração comercial exclusivo para vendas de flores a serem utilizadas por visitantes dos cemitérios localizados na Av. Dois de Novembro entre Av. Buarque de Macedo e Av. Rheingantz, sendo de responsabilidade do permissionário a edificação das bancas nos moldes e padrões já existentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO PELO USO DO ESPAÇO PÚBLICO: Não caberá a permissionária pagamento pelo uso do espaço público, porém não exime a mesma do pagamento de taxas, alvará ou outros que possam resultar da atividade comercial.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

2

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE : O presente termo perderá automaticamente sua validade em caso de morte do permissionário, não podendo ser repassado ao herdeiros. Passando a banca a compor o patrimônio do Município podendo ser sorteada a outrem.

CLÁUSULA QUARTA – DA BANCA: O permissionário deverá edificar as suas expensas uma banca no local indicado pela Secretaria de Município da Fazenda – SMF nos moldes e padrões já existentes conforme descrição básica abaixo:

a) Banca de madeira que seguiram os moldes das já existentes em frente ao cemitério católico do Rio Grande. As mesmas deverão ser de madeira sextavadas e obrigatoriamente medir 2,70 metros de diâmetro com seis lados iguais com cobertura de telhas de canal de barro e com pintura em verniz, distantes 1,5 metros da esquina em local a ser marcado pela fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO: O serviço será fiscalizado pela Secretária de Município da Fazenda - SMF, a qual indicará servidor responsável para tal finalidade.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA: Além das obrigações constantes neste termo a PERMISSIONÁRIA obriga-se perante a PERMITENTE a:

- a) Responsabilizar-se por todas as despesas de construção da banca nos padrões já existentes;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos para o desenvolvimento da atividade;
- c) Responsabilizar-se por todos os alvarás e permissões legais para a realização da atividade;
- d) Responsabilizar-se pela contratação de limpeza bem como do material de limpeza para o uso do espaço;
- e) Responsabilizar-se por toda a segurança de seus funcionários e clientes durante a vigência do presente termo;
- f) Utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade contratada;
- g) Cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada à mencionada cessão de uso, eximindo a Prefeitura Municipal do Rio Grande de quaisquer dessas responsabilidades;
- h) Não se utilizar de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menos de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei nº 9.854/1999, regulamentada pelo decreto nº 4.358/2002);



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

3

- i) Cumprir as disposições dos regulamentos internos dos espaços;
- j) Não usar o nome da Prefeitura Municipal do Rio Grande para aquisição de bens, assim como para contratar serviços;
- l) Manter as instalações da área cedida em perfeito estado de conservação;
- m) Permitir que a Prefeitura Municipal do Rio Grande realize as ações de fiscalização da execução do presente termo, acolhendo as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;
- n) Responsabilizar-se pelo pagamento de energia, água, esgoto e outros encargos, taxas ou impostos necessários para o funcionamento do espaço;
- o) Não ceder ou transferir o local a terceiros, no todo ou em parte, seja a que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE: A PERMITENTE obriga-se perante a PERMISSONÁRIA a:

- a) Promover, através de seu representa, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando às PERMISSONÁRIA as ocorrências de quaisquer fatos que , a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- b) Expedir, por escrito, as advertências dirigidas à PERMISSONÁRIA;
- c) Notificar, por escrito, à PERMISSONÁRIA, quaisquer irregularidades constatadas solicitando providências para regularização das mesmas;
- d) Avisar, com antecedência, a PERMISSONÁRIA alguma alteração no uso do espaço;
- e) Ceder o espaço à PERMISSONÁRIA , indicando qual o local e os moldes padrões.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

Parágrafo Primeiro: Outrossim, constituirão motivos para rescisão do contrato o não cumprimento das cláusulas contratuais.

Parágrafo Segundo: A rescisão também poderá ocorrer no caso de falta de pagamento, pelo CONCESSIONÁRIO, dos valores mensais, decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data do vencimento do débito, independente de qualquer notificação, ficando o mesmo suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4

Parágrafo Terceiro: A alteração da razão social ou do ramo de atividade, durante o período de vigência do presente termo, autorizará a rescisão de pleno direito do contrato.

Parágrafo Quarto: Constituí motivo para imediata rescisão a alteração das características arquitetônicas das bancas.

Parágrafo Quinto: Sem prejuízo da natureza precária dessa permissão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer de suas obrigações, dará à Prefeitura Municipal do Rio Grande o direito de considerar rescindido de pleno direito a presente permissão, mediante aviso de antecedência de 30 (trinta) dias, segundo o princípio do contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Sexto: Na entrega do espaço ou rescisão do termo de permissão a banca passará a compor o patrimônio do Município podendo ser sorteado a outrem.

CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO: Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa equivalente até 10% (dez por cento) do valor do contrato a ser calculada conforme a gravidade da infração;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PERMISSIONÁRIO declara expressamente que aceita todas as condições deste termo, sem restrições de qualquer natureza e de que executará o mesmo de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DOS CASOS OMISSOS: Onde este termo for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO: As partes contratantes elegem o FORO da Comarca do Rio Grande para dirimir quaisquer dúvidas que possam advir no cumprimento deste Contrato ou após a sua vigência.

E, por estarem de acordo com os termos do presente, após lido, vai assinado pelas partes interessadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, de de 2015

Contratada

Alexandre Reinaldo Protásio
Secretário de Município da Fazenda.

Ademir Giambastiani Casartelli
Chefe do Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

CC.: SMF/SMF/GCLC/CSCI/CONTRATADA.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Em virtude da complexidade da prestação do serviço e por estar previsto no art. 67 da Lei 8.666/93, que versa sobre a necessidade de acompanhamento e fiscalização de todo o contrato administrativo por representante especialmente designado para tanto. A Secretaria responsável, nomeia como Fiscais do Contrato o(a) Senhor(a).

_____e
o(a) senhor(a)_____.

ciente:

Fiscal do contrato

Fiscal do contrato

Alexandre Reinaldo Protásio
Secretário de Município da Fazenda.

Rio Grande, ... de de 2015.